



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

NORMA PARA PROGRAMAS DE FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

Campus Prof. José Rodrigues Seabra - Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho
37500-903 - ITAJUBÁ - MG - Telefax.: (035) 3629 1259



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

CAPITULO I.

DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO

Art. 1º. Os Programas de Formação em Graduação da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, doravante denominados cursos de graduação, têm como objetivo a formação de profissionais para cargos de nível superior.

Art. 2º. Cada curso de graduação deverá contemplar um projeto pedagógico.

CAPITULO II.

DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Art. 3º. Projeto Pedagógico de Curso - PPC é o documento que explicita os princípios teórico-metodológicos, a estrutura e as condições de oferta do curso de graduação, bem como o conjunto de ações sociopolíticas e técnico-pedagógicas necessário à sua execução.

§ 1º. O PPC é construção coletiva da comunidade acadêmica envolvida, deverá ser proposto pelo Núcleo Docente Estruturante, aprovado na Assembleia da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Graduação.

§ 2º. O PPC deverá ser atualizado, periodicamente, utilizando informações das avaliações a que o curso está sujeito.

Art. 4º. Os fundamentos teórico-metodológicos devem coadunar-se com a concepção educacional expressa no Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

Art. 5º. Preferencialmente, o PPC deverá contemplar inovações pedagógicas e tecnológicas, tais como:

I. ambientes de aprendizagens que permitam as construções de conhecimentos, incentivos à autonomia, trabalhos cooperativos, usos de tecnologias de informação e de recursos da educação a distância;

II. processos didático-pedagógicos que proporcionem o desenvolvimento de competências técnicas, conceituais e humanas, a aprendizagem por resoluções de problemas, a elaboração de projetos, a realização de pesquisas e a postura de formação permanente;

III. uma formação empreendedora.

Art. 6º. Devem constar no PPC, entre outros:

I. Introdução;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- II. Justificativa;
- III. Perfil do curso;
- IV. Objetivos;
- V. Formas de acesso e perfil do ingressante;
- VI. Perfil do egresso – competências e habilidades;
- VII. Fundamentos didático-pedagógicos e metodológicos;
- VIII. Sistemas de avaliação do projeto pedagógico, do discente e do docente;
- IX. Perfil do docente;
- X. Colegiado de curso;
- XI. Infraestrutura;
- XII. Organização curricular;
- XIII. Estrutura curricular, ementário e bibliografia;
- XIV. Modalidade e carga horária do estágio supervisionado;
- XV. Atividades complementares e
- XVI. Informações relativas a elaboração, documentação e prazos do TCC.

Art. 7°. Estrutura curricular é o conjunto de atividades a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos definidos no PPC, cujas atividades devem ser programadas e organizadas na estrutura que articula os componentes curriculares ao tempo necessário para o desenvolvimento de seus programas de curso.

Parágrafo único. Os componentes curriculares abrangem as disciplinas, o trabalho de conclusão de curso, o estágio supervisionado e as atividades de complementação.

SECÃO I. DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art.8°. Os componentes curriculares são as unidades de estruturação didático-pedagógica que compõem as estruturas curriculares podendo ser dos seguintes tipos:

- I. disciplinas;
- II. módulos;
- III. blocos ou
- IV. atividades acadêmicas.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002

- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-

SECÃO II.

DAS DISCIPLINAS

Art. 9°. Disciplinas são unidades de ensino, um conjunto sistematizado de conhecimentos afins a serem ministrados ao longo de um período, nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância, podendo contemplar conteúdos teóricos, práticos ou ambos.

§ 1°. Deverá contemplar carga horária que seja múltiplo de 8 (oito) horas.

§ 2°. As disciplinas classificar-se-ão em:

I. obrigatórias: são aquelas que fazem parte da estrutura curricular e deverão ser cursadas.

II. optativas: são aquelas de livre escolha do discente, dentro de um conjunto pré-estabelecido de disciplinas apresentadas na estrutura curricular do curso, que complementam a formação profissional, numa determinada área de conhecimento e

III. eletivas: são aquelas oferecidas pela Universidade, que se destina à formação complementar, desde que não inferior a 32 horas aula.

Art. 10. A criação de uma disciplina deverá ser proposta a uma Unidade Acadêmica, por solicitação do colegiado de curso.

§ 1°. Unidade Acadêmica, do caput deste artigo, é aquela com corpo docente habilitado para oferecer a disciplina proposta.

§ 2°. É facultada a Unidade Acadêmica a proposição de criação de disciplina, independente de solicitação de qualquer colegiado de curso, sendo que, nesse caso, a sua incorporação ou retirada da estrutura curricular depende da aprovação do respectivo colegiado de curso e homologação na respectiva assembleia da unidade acadêmica.

§ 3°. A disciplina fica vinculada a unidade acadêmica que aprovou a sua criação.

SECÃO III.

DOS MÓDULOS

Art. 11. Módulo é o componente curricular que possui caracterização análoga à de disciplina, com as seguintes ressalvas:

I. a carga horária poderá ou não ser múltiplo de 8 (oito) horas;

II. não há necessidade de carga horária semanal determinada e

III. sua duração poderá ou não coincidir integralmente com o período letivo vigente, desde que não ultrapasse a data de término do período prevista no Calendário Universitário.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 1°. Somente serão cadastrados como módulos presenciais os componentes curriculares que oferecerem aulas com presenças obrigatórias tanto para docentes quanto para discentes, não será permitido o cadastramento como módulos de componentes curriculares quando a carga horária integralizada pelo discente e a quantidade de horas-aula ministradas pelo docente sejam distintas.

§ 2°. Os módulos à distância seguem a mesma caracterização dos módulos presenciais, exceto quanto à exigência de presença obrigatória de discentes e docentes.

SECÃO IV.
DOS BLOCOS

Art. 12. O bloco é composto de subunidades articuladas que funcionam, no que couber, com características de disciplinas ou módulos, sendo designado como os demais componentes curriculares, com alguns elementos adicionais.

§ 1°. As subunidades se caracterizam por nome, carga horária e ementa, de livre definição, por um código derivado do bloco e pelas demais características que serão idênticas às definidas para o bloco.

§ 2°. A carga horária do bloco é a soma das cargas horárias das subunidades e sua descrição engloba as ementas das subunidades.

§ 3°. Deverá contemplar carga horária que seja múltiplo de 8(oito) horas.

Art. 13. Aplicam-se às subunidades dos blocos, no que couber, todas as disposições desta Norma relativas a disciplinas ou módulos:

§ 1°. Para aprovação em um bloco o discente deve satisfazer os requisitos de aprovação tanto na avaliação quanto na assiduidade em cada uma de suas subunidades.

§ 2°. A média final do bloco será a média ponderada das médias finais das subunidades, considerando como pesos suas respectivas cargas horárias.

§ 3°. A não aprovação em uma subunidade implica na reprovação no bloco, necessitando a repetição de todas as subunidades em outro período letivo.

(181ª Resolução do CEPEAd de 11/11/15 incluiu os parágrafos.)

(Nova redação do Caput dada pela 85ª Resolução do CEPEAd em 29/06/2016).



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002

- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-

SECÃO V.

DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 14. As atividades acadêmicas são aquelas que, em articulação com os demais componentes curriculares, integram a formação do discente, conforme previsto no projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. As atividades acadêmicas diferem das disciplinas, módulos e blocos por não serem utilizadas aulas como o instrumento principal de ensino-aprendizagem.

Art. 15. Quanto à forma da participação dos discentes e docentes nas atividades acadêmicas, poderão ocorrer de três formas:

- I. atividade autônoma;
- II. atividade de orientação individual ou
- III. atividade coletiva.

Art. 16. Quanto à função que desempenham na estrutura curricular, as atividades acadêmicas poderão ser nas seguintes naturezas:

- I. trabalho de conclusão de curso;
- II. estágio supervisionado ou
- III. atividade integradora de formação ou atividade de complementação.

SUBSEÇÃO I.

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC constitui atividade acadêmica de sistematização de conhecimentos e deverá ser elaborado pelo discente, sob orientação e avaliação docente, de acordo com o PPC.

Parágrafo Único: O regulamento do TCC encontra-se no Anexo C desta Norma.

Art. 18. Constarão no PPC informações relativas à elaboração do TCC, observando a vinculação direta a temas pertinentes à área de formação e ao perfil profissional que pretende formar, sendo que essas informações incluirão obrigatoriamente:

- I. Carga horária destinada à atividade;
- II. Objetivos específicos;
- III. Modalidades (projeto, monografia ou artigo);
- IV. Estratégias de supervisão e acompanhamento das atividades;
- V. Normas específicas para a elaboração do projeto, a execução, a redação e a apresentação do trabalho e
- VI. Critérios de avaliação.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 19. Cada curso de graduação terá um coordenador de TCC.

SUBSEÇÃO II. DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 20. O Estágio Supervisionado é o componente curricular que compreende as atividades de aprendizagem profissional, cultural e social proporcionadas ao discente pela participação em situações reais, na comunidade nacional ou internacional, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e avaliação da Coordenação de Estágios do curso.

Parágrafo Único: O regulamento do Estágio Supervisionado encontra-se no Anexo D desta Norma.

Art. 21. A carga horária, bem como a modalidade de Estágio Supervisionado, será definida no PPC, observando-se a especificidade do curso e a legislação pertinente.

Art. 22. O Estágio Supervisionado terá acompanhamento efetivo por professor da UNIFEI e por supervisor da parte concedente.

Parágrafo Único: As informações constantes nas avaliações dos estagiários deverão ser apreciadas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos na atualização do respectivo PPC.

Art. 23. Cada curso de graduação terá um coordenador de estágios.

SUBSEÇÃO III. DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO

Art. 24. Denominam-se Atividades de Complementação aquelas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar e que estimulam a prática de estudos independentes e opcionais.

Art. 25. Cada curso de graduação deverá, em seu PPC, estabelecer as Atividades de Complementação que o Colegiado de curso considerar pertinente, assim como a carga horária mínima prevista para cada uma delas e a carga horária total a ser cumprida pelo discente.

Art. 26. O registro das Atividades de Complementação, no Sistema Acadêmico, ficará sob-responsabilidade da Coordenação do curso.

Parágrafo único. A documentação e o prazo para solicitar a validação dessas atividades e seu posterior registro serão estabelecidos no PPC.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002

- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-

CAPITULO III. DA ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 27. Os cursos de graduação oferecidos pela UNIFEI serão abertos à admissão de discentes, em conformidade com a lei e com o disposto no Regimento Geral da UNIFEI e nas resoluções do Conselho Universitário – CONSUNI.

Art. 28. Os cursos de graduação estarão abertos à admissão de candidatos:

I. que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo de admissão, para preenchimento das vagas iniciais;

II. transferidos de cursos da UNIFEI, definidos pelos colegiados de cursos, mediante processo seletivo de admissão específico, doravante denominado Transferência Interna, condicionado à existência de vagas ociosas;

III. transferidos de cursos afins, definidos pelos colegiados de cursos, de outras Instituições de Ensino Superior, mediante processo seletivo de admissão específico, doravante denominado Transferência Facultativa, condicionado à existência de vagas ociosas;

IV. portadores de diploma de cursos afins, definidos pelos colegiados de cursos, devidamente registrados, classificados em processo seletivo de admissão específico, condicionado à existência de vagas ociosas;

V. transferidos ex officio, na forma da lei;

VI. de outros países, por meio de convênio ou acordo cultural.

§ 1º. A transferência interna será permitida uma única vez e somente ao discente que tenha ingressado na Universidade através de processo seletivo para preenchimento de vagas iniciais, que se encontre dentro do prazo mínimo de integralização curricular e que tenha cursado, com aprovação, no mínimo 20% da carga horária do curso de origem.

§ 2º. A transferência facultativa será aceita para candidato que se encontre dentro do prazo mínimo de integralização curricular, que tenha cursado com aprovação, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária do curso de origem e que deva integralizar, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária estabelecida para conclusão do curso na UNIFEI.

Art. 29. A UNIFEI reserva-se o direito de não aceitar transferências de discentes que estejam cumprindo penas disciplinares.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002

- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-

CAPITULO IV. DA MATRÍCULA

Art. 30. A matrícula nos cursos de graduação será feita nos prazos fixados no calendário didático, o qual será publicado na página eletrônica da UNIFEI até o dia 30 de outubro do ano anterior ao de sua vigência.

Parágrafo único. Não será permitido ao discente cursar simultaneamente mais de um curso de graduação na UNIFEI.

SECÃO I. MATRÍCULA INICIAL

Art. 31. A matrícula inicial nos cursos de graduação será feita no Departamento de Registro Acadêmico – DRA, nos prazos fixados no calendário didático.

§ 1°. A matrícula inicial dos discentes nos cursos de graduação da UNIFEI pauta-se nos procedimentos estabelecidos nos editais públicos dos processos seletivos de admissão para preenchimento de vagas iniciais, transferência interna, transferência facultativa e de portadores de diploma de curso superior.

§ 2°. A matrícula inicial dos discentes oriundos de outros países obedece às normas estabelecidas no Programa Estudante-Convênio – PEC-G dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores.

§ 3°. A matrícula dos discentes ingressantes por meio de transferência ex officio dar-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 32. Para a matrícula inicial, os ingressantes deverão apresentar os documentos especificados nos editais e inscrever-se no conjunto de componentes curriculares do primeiro período de seu curso ou no conjunto de componentes curriculares definidos pela Coordenação do Curso.

Art. 33. O perfil inicial de um discente corresponde ao maior nível da estrutura curricular em que pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária discente correspondente a todos os componentes curriculares obrigatórios deste nível e dos seus precedentes tenham sido aproveitados antes do ingresso no curso, em razão de componentes curriculares cursados em outra instituição, em outro programa ou ainda no mesmo programa. *(Inclusão de termo no artigo conforme 181ª Resolução do CEPEAd em 11/11/12.)*

§ 1°. Para discente a quem é atribuído um perfil inicial diferente de 0 (zero), o número de níveis adicionais é descontado do número de períodos máximo para conclusão do curso.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 2º. A pedido do discente, o perfil inicial pode ser aumentado, de forma irreversível, não podendo ser reduzido.

Art. 34. O discente recém-cadastrado, em consequência de sua aprovação em qualquer das formas de ingresso para discentes regulares, deve confirmar o interesse no curso e sua disponibilidade para frequentar as aulas e demais atividades acadêmicas.

§ 1º. A não confirmação extingue o vínculo com o curso, permitindo a convocação de suplente para ocupação da vaga.

§ 2º. A confirmação de vínculo é feita pessoalmente pelo discente, no início do período letivo de ingresso, em data e de acordo com procedimentos descritos no edital e normas do processo seletivo.

SECÃO II.
MATRÍCULA EM COMPONENTES CURRICULARES

Art. 35. Para a matrícula em componentes curriculares os discentes deverão, obrigatoriamente, nas datas estabelecidas no calendário didático, inscrever-se no Sistema Acadêmico, de acordo com a Estrutura Curricular de seu curso de graduação, observando cuidadosamente os critérios estabelecidos para cada um desses componentes.

§ 1º. O tempo máximo de conclusão de TCC e Estágio Supervisionado não deve ultrapassar o estabelecido no PPC;

§ 2º. Não existirá matrícula em atividades de complementação.

Art. 36. A sequência de atividades que compõem a estrutura curricular de um curso de graduação pode ser ordenada por meio de pré-requisitos e co-requisitos, quando didaticamente recomendável.

§ 1º. Os pré-requisitos subdividem-se em:

I. pré-requisito total: Componente curricular no qual o discente deve obter aprovação para matrícula em outro componente e

II. pré-requisito parcial: Componente curricular no qual o discente deve obter frequência mínima legal exigida para aprovação e média final igual ou maior a 3,0 (três), para matricular-se em outro componente.

§ 2º. Co-Requisito é o componente curricular no qual o discente deve matricular-se simultaneamente a outro, a não ser que já tenha obtido a aprovação no co-requisito em momento anterior.

Art. 37. Admite-se a matrícula em um componente curricular sem a aprovação prévia em um pré-requisito quando satisfeitas todas as seguintes condições:



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- I. o discente está matriculado no pré-requisito faltante no mesmo período letivo, sendo vedado o seu trancamento ou exclusão;
- II. em algum dos 2 (dois) períodos letivos regulares imediatamente anteriores, o discente cursou o pré-requisito sem obter êxito, mas satisfazendo os critérios de assiduidade e obtendo nota final igual ou superior a 3,0 (três), excetuando-se essa última exigência se o componente curricular não tiver rendimento acadêmico expresso de forma numérica;
- III. as demais condições de matrícula são satisfeitas, inclusive eventuais outros pré-requisitos e co-requisitos;
- IV. a matrícula com flexibilização do pré-requisito, prevista neste Art., está sendo utilizada para um único componente curricular no mesmo período letivo e
- V. O componente curricular é obrigatório na estrutura curricular.

§ 1º. A exigência do inciso II do caput deste Art. é dispensada se o componente curricular para o qual se pleiteia a matrícula for o único que falta ser acrescentando ao plano de matrícula para a conclusão do curso no período letivo.

§ 2º. A matrícula com flexibilização do pré-requisito, prevista neste Art., só pode ser utilizada uma única vez ao longo do curso em um mesmo componente curricular ou em um componente curricular equivalente.

Art. 38. O máximo de componentes curriculares nos quais o discente pode se matricular em um período letivo regular é dado pelo produto da quantidade máxima de 34 (trinta e quatro) aulas semanais, pelo Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH) acumulado do discente, calculado após o término do período letivo regular anterior;

§ 1º. O máximo de componentes curriculares nos quais o discente pode se matricular em um período letivo nunca é inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade máxima de aulas semanais, mesmo quando o IECH acumulado do discente for inferior a 50% (cinquenta por cento);

§ 2º. O discente deverá matricular-se, no mínimo, em um componente curricular.

§ 3º. No primeiro período letivo após o ingresso, o discente pode se matricular na quantidade máxima de aulas semanais do seu curso.

§ 4º. O discente que estiver cursando, consecutivamente ou não, um componente curricular obrigatório ou suas equivalentes, pela terceira vez, terá seu IECH reduzido para 50% (cinquenta por cento) para fins de cálculo da quantidade máxima de aulas semanais que ele pode se matricular.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 5°. O discente que estiver cursando, consecutivamente ou não, um ou mais componentes curriculares obrigatórios, ou seus equivalentes, pela quarta vez ou mais, deverá obrigatoriamente, ter a sua matrícula efetivada exclusivamente nestes componentes em seu período de oferta.

(139ª Resolução do CEPEAd, de 02/09/2015, deu nova redação ao Parágrafo terceiro e incluiu o Parágrafo Quarto).

(181ª Resolução do CEPEAd de 11/11/15 incluiu o segundo parágrafo e reenumerou os demais)

(13ª Resolução do CEPEAd de 09/03/16 alterou o caput e o primeiro parágrafo)

Art. 39. O preenchimento das vagas nas turmas oferecidas nos períodos letivos regulares, durante a matrícula e no ajuste da mesma, é efetuado considerando inicialmente apenas as vagas reservadas e os discentes do curso/ estrutura curricular objeto da reserva, e em seguida todas as vagas e discentes restantes, obedecendo em cada um desses dois momentos a seguinte ordem de prioridade:

I. discente nivelado: corresponde àquele cujo componente curricular objeto da matrícula é, na estrutura curricular à qual está vinculado, do nível correspondente ao número de períodos letivos do discente. Também é incluído neste grupo de prioridades o discente que está no período letivo regular imediatamente seguinte ao seu retorno de mobilidade em outra instituição, em todos os componentes curriculares nos quais esteja pleiteando vaga.

II. discente concluinte: corresponde àquele não nivelado, mas cuja matrícula no conjunto de componentes curriculares solicitados o torna apto a concluir o curso no período letivo da matrícula.

III. discente em recuperação: corresponde ao discente não concluinte cujo componente curricular objeto da matrícula é, na estrutura curricular à qual está vinculado, de um nível anterior ao número de períodos letivos do discente, também é incluído neste grupo de prioridades o discente que está solicitando matrícula em um componente curricular que pertence à sua estrutura curricular, mas sem ser vinculado a um nível específico, tais como os componentes curriculares optativos ou complementares.

IV. discente adiantando: corresponde ao discente não concluinte cujo componente curricular objeto da matrícula é, na estrutura curricular à qual está vinculado, de um nível posterior ao número de períodos letivos do discente.

V. discente cursando componente curricular eletivo: corresponde ao discente não concluinte cujo componente curricular objeto da matrícula não pertence à estrutura curricular à qual está vinculado o discente, mesmo quando o componente curricular objeto da matrícula é equivalente a outro componente curricular que pertence à estrutura curricular.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 1°. O número de períodos letivos do discente, a que fazem referência os Incisos I, III e IV do caput deste Art., é a soma do perfil inicial com o número de períodos letivos regulares cursados na UNIFEI, relativos ao programa atual e excluindo-se os períodos letivos em que o programa foi suspenso e aqueles durante os quais o discente esteve em mobilidade em outra instituição.

§ 2°. É garantida a prioridade dos discentes regulares ingressantes sobre os demais discentes para os componentes curriculares do primeiro nível da estrutura curricular à qual estão vinculados.

§ 3°. Em cada nível da ordem de prioridades, têm preferência os discentes que nunca trancaram ou foram reprovados por falta no componente curricular; em seguida, o IEA é o critério de desempate.

SECÃO III.

ALTERAÇÃO DE MATRÍCULA EM COMPONENTES CURRICULARES

Art. 40. O discente que tenha efetuado sua matrícula em componentes curriculares poderá realizar trancamento, acréscimo de componentes curriculares ou mudança de turmas no período estabelecido pelo calendário escolar.

§ 1°. O trancamento de matrícula em componentes curriculares será efetuado no Sistema Acadêmico pelo próprio discente.

§ 2°. Os componentes curriculares, cujas matrículas foram trancadas, constarão no cálculo de parte dos índices numéricos para avaliação do rendimento acadêmico acumulado do discente, conforme anexo B.

§ 3°. Ao fazer o trancamento de matrícula, o discente deverá permanecer matriculado, no mínimo, em um componente curricular.

§ 4°. Cabe ao discente decidir sobre a conveniência da rematrícula, levando em conta que são registradas faltas nas aulas ocorridas até o dia da efetivação da matrícula e que não se prevê a reposição do conteúdo e das avaliações já ministradas.

(181ª Resolução do CEPEAd de 11/11/15 incluiu o terceiro parágrafo e reenumerou o quarto.)

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 – alterou o termo cancelado para trancado)

Art. 41. O acréscimo de componentes curriculares ou mudança de turma será efetuado pelo discente no Sistema Acadêmico e, quando necessário, avaliado e efetuado pela Coordenação do Curso.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002

- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-

SECÃO IV.

SUSPENSÃO DE PROGRAMA

Art. 42. Suspensão de programa é a interrupção de curso requerida pelo discente e deverá ser solicitado no prazo estabelecido no calendário escolar, a cada período letivo.

(Resolução 142ª do CEPEAd em 09/09/2015: alterou a redação do caput do artigo e excluiu o Parágrafo Único).

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 - alterou de trancamento para suspensão de programa)

Art. 43. Somente após ter cursado um período letivo com aproveitamento de pelo menos 2(dois) componentes curriculares, o discente poderá suspender o programa.

§ 1º. A suspensão de programa poderá ser por até 4 (quatro) semestres, consecutivos ou não).

§ 2º. Os períodos em que o discente obtiver suspensão de programa não serão computados para integralização curricular.

§ 3º. Para o discente em serviço militar obrigatório, não será exigido o que trata o caput deste artigo.

(Nova redação deste artigo dada pela Resolução 142ª do CEPEAd em 09/09/2015)

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 - alterou trancamento para suspensão)

CAPITULO V. DOS PLANOS DE ENSINO

Art. 44. Plano de ensino é a ferramenta de acompanhamento e gestão das disciplinas estabelecidas na estrutura curricular dos cursos de graduação.

§ 1º. Os planos de ensino serão aprovados pelo Colegiado do curso.

§ 2º. Os planos de ensino serão parte integrante do Sistema Acadêmico.

Art. 45. Constarão no plano de ensino:

- I. Identificação do curso e do componente curricular;
- II. Professores responsáveis;
- III. Ementa;
- IV. Carga horária teórica e/ou prática total e semanal;
- V. Requisitos;
- VI. Objetivos;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- VII. Bibliografia básica e complementar;
- VIII. Conteúdo programático, com detalhamento da carga horária teórica e/ou prática;
- IX. Procedimentos didáticos;
- X. Procedimentos de avaliação e
- XI. Composição de avaliações e notas.

CAPITULO VI. DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 46. A verificação do rendimento escolar será feita por componente curricular, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

§ 1º. A verificação do rendimento escolar será de responsabilidade dos docentes.

§ 2º. As datas das atividades avaliativas devem ser registradas pelo docente no sistema acadêmico

(Alteração nos parágrafos dada pela Resolução 171ª do CEPEAd em 06/12/2017)

Art. 47. Entende-se por frequência o comparecimento às atividades didáticas de cada componente curricular.

§ 1º. Será considerado aprovado em frequência o discente que obtiver pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de assiduidade nas atividades teóricas e pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades práticas previstas.

§ 2º. É dever do docente efetuar o devido controle de frequência.

§ 3º. Atividades didáticas em dia ou horário diferentes da oferta não deverão causar prejuízo de frequência aos discentes.

(Alteração nos parágrafos dada pela Resolução 171ª do CEPEAd em 06/12/2017)

Art. 48. Entende-se por aproveitamento o desempenho mínimo do discente frente aos objetivos propostos no projeto pedagógico do respectivo curso.

Art. 49. Nos componentes curriculares é obrigatória a proposição de atividades de avaliação.

§ 1º. A forma, a quantidade e o valor relativo das atividades de avaliação constarão obrigatoriamente dos planos de ensino e no PPC;

§ 2º. Para cada atividade de avaliação será atribuída uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-

-Conselhos Superiores-
CAPITULO VII.

DA DIVULGAÇÃO, VISTA, REVISÃO E RECURSO DA AVALIAÇÃO REALIZADA

Art. 50. É obrigatória a divulgação do rendimento acadêmico da unidade, pelo professor da disciplina, até 3 (três) dias úteis antes da realização do primeiro instrumento avaliativo da unidade seguinte, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico.

§ 1º. A cada avaliação realizada em um componente curricular, o professor terá até 21 (vinte e um) dias para a publicação do resultado dessa avaliação no sistema acadêmico.

§ 2º. A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita através do sistema acadêmico, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

§ 3º. No ato da divulgação do rendimento acadêmico de uma unidade, o professor deve registrar no sistema acadêmico a frequência do discente naquela unidade.

§ 4º. O rendimento acadêmico só é considerado devidamente divulgado quando atendidos os requisitos do caput e dos parágrafos 2º e 3º.

Art. 51. Não deve ser realizada nenhuma avaliação relativa a uma determinada unidade sem que o rendimento acadêmico da unidade anterior tenha sido devidamente divulgado pelo professor, sob pena da referida avaliação não ser válida.

§ 1º. O pedido de anulação pode ser feito por qualquer discente da turma, na unidade acadêmica de vinculação, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação objeto da anulação.

§ 2º. Constatado que os resultados da unidade anterior não foram devidamente divulgados, o diretor da unidade acadêmica de vinculação deve anular a prova e determinar a publicação dos resultados da unidade anterior no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Art 52. É direito de todo discente a vista e revisão de qualquer avaliação, que tem como objetivo orientar o discente em seu aprendizado.

Parágrafo Único. Entende-se por revisão de avaliação o ato pelo qual o(s) docente(s) responsável(eis) pela correção da avaliação faz(em) uma reanálise da correção da(s) questão(ões) solicitada(s) pelo discente, à luz dos critérios e/ou gabarito e/ou distribuição de pontos utilizados.

(Alteração no caput dada pela Resolução 171ª do CEPEAd em 06/12/2017)



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 53. A vista da avaliação deverá ser solicitada em até três (03) dias úteis e concedida em até dez (10) dias úteis após a divulgação das notas no sistema acadêmico.

§ 1°. Durante a realização da vista da avaliação, o discente deverá estar preferencialmente acompanhado pelo(s) docente(s) responsável(eis) pela correção.

§ 2°. Caberá ao(s) docente(s) responsável(eis) pela disciplina, de comum acordo com os discentes da turma, operacionalizar(em) a vista de avaliação, cuja data e local deverão ser divulgados com um prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis de antecedência.

§ 3°. No ato da vista, o discente terá acesso aos seguintes documentos e informações:

- I. questões da avaliação;
- II. critérios/gabarito de correção;
- III. distribuição de pontos por questão;
- IV. avaliação corrigida.

(Alteração no § 2° dada pela Resolução 171ª do CEPEAd em 06/12/2017)

Art. 54. O discente, após a vista da avaliação, tem o direito de solicitar, ao(s) docente(s) responsável(eis) pela correção, pessoalmente, ou através da unidade acadêmica responsável pela disciplina, mediante requerimento fundamentado, a revisão da correção da avaliação.

§ 1°. A revisão de rendimento acadêmico deve ser requerida a unidade acadêmica de vinculação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado este prazo a partir da vista da avaliação.

§ 2°. A revisão será feita pelo(s) professor(es) que corrigiram o instrumento de avaliação, tendo um prazo de 5 (cinco) dias úteis para divulgar a nota revista.

§ 3°. Havendo discordância do discente quanto ao resultado da revisão, caberá ao discente recurso da nota revista, requisitando a unidade acadêmica, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado este prazo a partir da divulgação do resultado da revisão da nota.

§ 4°. O recurso será primeiramente avaliado pelo Conselho da Unidade Acadêmica, que julgará o mérito do pedido, e emitirá o parecer a ser encaminhado à Unidade Acadêmica.

§ 5°. Caso o recurso do discente tenha sido desprovido de fundamentação técnica, a Unidade Acadêmica a qual o docente está lotado deverá notificar o aluno, não cabendo recurso da Unidade Acadêmica.

§ 6°. Havendo mérito o recurso será analisado por uma comissão formada por 3 (três) professores da área indicados pelo diretor da unidade acadêmica de



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

vinculação, sendo vedada a participação dos professores que corrigiram a avaliação em questão.

§ 7°. O professor do componente curricular e o discente deverão ser informados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, do horário e do local de realização da revisão, para exposição de seus argumentos perante a comissão de professores, caso desejarem.

§ 8°. Na análise do recurso a comissão deverá se basear exclusivamente nos critérios de correção adotados pelo docente, na distribuição de pontos da avaliação e no plano de ensino do componente curricular.

§ 9. O resultado da revisão de rendimento acadêmico deverá ser comunicado ao professor do componente curricular bem como ao discente e encaminhado ao DRA para registro no sistema, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, em relato sumário.

§ 10. Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

(Alteração nos parágrafos dada pela 173ª Resolução do CEPEAd em 13/12/17)

Art. 55. Com a finalidade de sistematizar as atividades a serem desenvolvidas na disciplina ou módulo, o período letivo será dividido em 2 (duas) unidades.

§ 1°. Apenas nas disciplinas com carga horária integralmente prática poderá haver alteração na divisão referida no caput deste Art. para 1 (uma) unidade, mediante deliberação da assembleia da unidade acadêmica de vinculação;

§ 2°. Após aprovação da mudança de que trata o §1° deste Art., a nova sistematização do desenvolvimento das atividades do componente curricular deve ser encaminhada à PRG para registro, passando então a ser adotada em todas as novas turmas abertas do componente curricular.

(13ª Resolução do CEPEAd de 09/03/16 alterou o primeiro parágrafo)

Art. 56. O rendimento acadêmico de cada unidade é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas na unidade, cálculo este definido previamente pelo professor e divulgado no plano de curso do componente curricular.

Parágrafo único. O número de avaliações da aprendizagem aplicado em cada unidade pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular e o plano de curso.

Art. 57. Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos em cada unidade.

Art. 58. Para aprovação nos componentes curriculares, o discente deverá obter média parcial igual ou superior a 6,0 (seis) além da frequência mínima prevista no Art. 47.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Parágrafo único. Para o discente aprovado o rendimento acadêmico final (média final) será igual a média parcial.

Art. 59. O discente que não atingir os critérios de aprovação definidos no Art. 58 tem direito à realização de uma avaliação substitutiva, na disciplina ou, quando em bloco, na subunidade em que estiver reprovado, se possuir a frequência mínima prevista no Art. 47.

Parágrafo único. O discente que não atingir os critérios de aprovação definidos no Art. 58 e que não puder realizar avaliação substitutiva é considerado reprovado, com rendimento acadêmico final (média final) igual à média parcial.

(Nova redação do Caput dada pela 85ª Resolução do CEPEAd em 29/06/2016).

Art. 60. Para o discente que realiza avaliação substitutiva, o rendimento acadêmico obtido nessa avaliação substituirá o menor rendimento acadêmico obtido nas unidades, para efeito de cálculo do rendimento acadêmico final pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos na avaliação substitutiva e nas unidades cujos rendimentos não foram substituídos.

§ 1º. A média parcial não será alterada pela realização da avaliação substitutiva.

§ 2º. Caso o discente obtenha o menor rendimento acadêmico em mais de uma unidade, a avaliação substitutiva substituirá a nota da unidade mais próxima do fim do curso.

§ 3º. É facultado ao professor utilizar um instrumento de avaliação único para todos os discentes que fizerem avaliação substitutiva ou adotar instrumentos de avaliação distintos relacionados aos conteúdos de cada uma das unidades, devendo o discente, neste último caso, realizar a avaliação substitutiva utilizando o instrumento de avaliação correspondente à unidade cujo rendimento acadêmico será substituído.

§ 4º. Não há mecanismo de reposição ou de substituição da nota para o discente que não comparece à avaliação substitutiva.

(O parágrafo Terceiro foi excluído conforme 128ª Resolução do CEPEAd, em 19/08/2015 e os demais parágrafos foram reenumerados).

Art. 61. Ao discente que não participa de qualquer avaliação é atribuída a nota 0 (zero).

§ 1º. O discente poderá utilizar a nota da avaliação substitutiva para substituir a nota correspondente a uma unidade na qual não compareceu a algum instrumento de avaliação, para o cálculo do rendimento acadêmico final (média final).

§ 2º. Em caso de não comparecimento a mais de uma avaliação, a nota da avaliação substitutiva substituirá apenas a nota de uma das unidades no cálculo do rendimento acadêmico final (média final), permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações em outras unidades.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

(Artigos de 58 a 61: nova redação conforme Resolução 40ª do CEPEAd em 25/03/15)

Art. 62. Para disciplina ou subunidade de bloco que possuem uma única unidade avaliativa, o discente só terá direito à avaliação substitutiva se perder uma das atividades avaliativas propostas, estiver reprovado por média e possuir a frequência mínima obrigatória.

Parágrafo único. É de responsabilidade do docente fazer a alteração da nota, correspondente à atividade na qual o discente não compareceu, pela nota obtida na avaliação substitutiva.

(Artigo incluído pela 134ª Resolução do CEPEAd em 26/08/2015. Os demais artigos serão renumerados);

(Nova redação dada pela 85ª Resolução do CEPEAd em 29/06/2016).

Art. 63. São calculados os seguintes índices numéricos para avaliação do rendimento acadêmico acumulado do discente:

- I. Média de Conclusão (MC);
- II. Média de Conclusão Normalizada (MCN);
- III. Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH);
- IV. Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL);
- V. Índice de Eficiência Acadêmica (IEA);
- VI. Índice de Eficiência Acadêmica Normalizado (IEAN).
- VII. Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)

§ 1º. A Média de Conclusão (MC) é a média do rendimento acadêmico final obtido pelo discente nos componentes curriculares em que obteve êxito, ponderadas pela carga horária discente dos componentes, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B deste Regulamento.

§ 2º. O cálculo da Média de Conclusão Normalizada (MCN) corresponde à padronização da MC do discente, considerando-se a média e o desvio-padrão das MC de todos os discentes que concluíram o mesmo curso na UNIFEI nos últimos 5 (cinco) anos, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B deste Regulamento.

§ 3º. A padronização é calculada pelo número de desvios-padrão em relação ao qual o valor da MC do discente se encontra afastado da média, multiplicado por 100 (cem) e somado a 500 (quinhentos) com valores mínimo e máximo limitados a 0 (zero) e 1000 (mil), respectivamente.

§ 4º. O Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH) é a divisão da carga horária com aprovação pela carga horária utilizada, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B do presente Regulamento. Com valor mínimo limitado a 0,3 (três décimos).



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 5°. O Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL) é a divisão da carga horária acumulada pela carga horária esperada, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B do presente Regulamento.

§ 6°. O IEPL tem valores mínimo e máximo limitados a 0,3 (três décimos) e 1,1 (um inteiro e um décimo), respectivamente.

§ 7°. O Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) é o produto da MC pelo IECH e pelo IEPL, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B do presente Regulamento.

§ 8°. O Índice de Eficiência Acadêmica Normalizado (IEAN) é o produto da MCN pelo IECH e pelo IEPL, conforme procedimento de cálculo definido no Anexo B do presente Regulamento.

§ 9°. O Índice de Rendimento Acadêmico é a média ponderada do rendimento escolar final pela carga horária, obtido pelo discente em todos os componentes curriculares que concluiu (com aprovação ou reprovação) ao longo do curso;

(13ª Resolução do CEPEAd de 09/03/16 incluiu o inciso VII e o nono parágrafo)

CAPITULO VIII. DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 64. O aproveitamento de estudos, solicitado em prazo estabelecido no calendário escolar, é caracterizado pela equivalência de disciplinas entre os cursos de graduação da UNIFEI e entre a UNIFEI e outras instituições de ensino superiores devidamente credenciadas.

Parágrafo único. O credenciamento para instituições nacionais seguirá normativas do MEC e para instituições internacionais segundo acordo específico a ser realizado.

Art. 65. A equivalência de disciplinas é concedida pela coordenação de curso desde que haja entre elas similitude de conteúdos e compatibilidade de carga horária.

Parágrafo único. A equivalência será concedida quando o número de horas cursadas for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e houver similitude igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do conteúdo da disciplina cuja equivalência é pretendida.

CAPITULO IX. DA AUSÊNCIA DO DISCENTE ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 66. São previstos abonos de falta nos seguintes casos:



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação -
- Conselhos Superiores -

- I. serviço militar, de acordo com o Decreto-Lei nº. 715, de 30 de julho de 1969 e o Art. 77º do Decreto nº.85.587, de 29 de dezembro de 1980;
- II. discente com representação na Conaes nos termos do Art. 7º,§ 5º, da Lei nº.10.861, de 2004.

Art. 67. É previsto um regime de tratamento excepcional nos seguintes casos:

- I. tratamento de saúde, nos casos descritos no Decreto 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- II. discente em estado de gestação, de acordo com a Lei 6.202, de 17 de abril de 1975.

§ 1º. A duração do tratamento não deverá ultrapassar o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado (Alínea c do Art. 1º. do Decreto 1.044)

§ 2º. Como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento do docente poderão ser atribuídos ao discente, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento (Art. 2º. do Decreto 1.044).

Art. 68. É prevista a reposição de atividade avaliativa nos seguintes casos:

- I. participação em eventos acadêmicos, que privilegiem a promoção e formação acadêmica tais como: congressos científicos aprovados pela câmara de pesquisa e pós-graduação com apresentação de trabalhos e projetos especiais para competição tecnológica.
- II. falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que exerça a função de responsável legal, desde que o falecimento seja comprovado por atestado de óbito num prazo de até 5 (cinco) dias de ocorrência do mesmo.
- III. Participação de estudantes atletas representando a UNIFEI em eventos esportivos oficiais, reconhecidos pela Federação, aprovados pelo Centro Poliesportivo e ratificados pela Associação Atlética Acadêmica.

(inciso incluído conforme Resolução 86ª do CEPEAD, de 20/05/2015)

CAPITULO X. DO DESLIGAMENTO DEFINITIVO

Art. 69. Será desligado definitivamente do Curso de Graduação o discente que:

- I. solicitar o desligamento da Universidade, por escrito;
- II. não renovar a matrícula no prazo estabelecido no calendário escolar;
- III. for reprovado nos dois primeiros períodos dos cursos semestrais, em todas as disciplinas obrigatórias em que estiver matriculado;
- IV. apresentar índice de eficiência acadêmica (IEA) menor ou igual à 1,5 (um e meio) por dois períodos consecutivos;
- V. sofrer a aplicação de pena disciplinar prevista no Inciso IV do Art. 267 do Regimento Geral da UNIFEI;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

VI. não concluir o curso no prazo máximo de integralização curricular previsto na aprovação de cada curso, excluídos os períodos de suspensão de programa;
VII. falecimento do discent .

Parágrafo único. O desligamento definitivo do discente da UNIFEI dar-se-á mediante Processo Administrativo Disciplinar, devidamente motivado pelo Pró-Reitor de Graduação, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 - alteração na redação do inciso VI)

CAPITULO XI. DA MOBILIDADE ESTUDANTIL

Art. 70. Os programas de intercâmbio são desenvolvidos mediante convênios formalizados entre a UNIFEI, através da Secretaria de Relações Internacionais - SRI, e instituições nacionais e estrangeiras.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador do curso de graduação a seleção e o acompanhamento dos discentes em programas de intercâmbio.

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 - alteração de nome de setor)

Art. 71. A situação de mobilidade estudantil deverá ser informada pelo discente no ato da renovação de matrícula, na data estipulada para tal, no calendário escolar.

§ 1º. Caberá ao Coordenador do curso de graduação a confirmação da situação do discente, assim que verificadas as informações oficiais.

§ 2º. A equivalência de estudos será possível, desde que autorizada pelo Colegiado de curso.

Art. 72 – É permitido ao discente cursar disciplinas em outra Instituição de Ensino Superior – IES, no Brasil, concomitantemente com a matrícula regular na UNIFEI desde que sejam atendidos todos os seguintes requisitos:

I - Esteja cumprindo, no mesmo semestre de matrícula em outra IES, o Estágio Supervisionado;

II – A IES de destino esteja localizada em um raio de até 70km do local onde será cumprido o Estágio;

III - A concessão da equivalência já esteja analisada pelo Colegiado.

§ 1º. - O discente poderá se matricular no máximo em 2 disciplinas na outra IES e poderá ter, no máximo, uma reprovação e/ou trancamento nessas mesmas disciplinas na UNIFEI.

§ 2º. - A autorização para permanecer com matrícula concomitante está limitada em um semestre.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 3º. - A permissão se aplica apenas nos casos em que o aluno estiver cumprindo o estágio em localidade com distância superior a um raio de 70 km do campus da UNIFEI no qual o aluno está matriculado.

(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 – inclusão deste artigo)

(Alteração dada pela Resolução 171ª do CEPEAd em 06/12/2017)

CAPITULO XII. DAS PENALIDADES

Art. 73. O discente estará sujeito às sanções previstas na Norma Disciplinar do Corpo Discente da UNIFEI.

(Alteração dada pela Resolução 53ª do CEPEAd em 11/04/2018)

Art. 74. A penalidade disciplinar discente será aplicada após o termino do processo a ser iniciado com um Boletim de Ocorrência Universitário (BOU) feito pela parte do notificante.

Paragrafo único: O discente que recorrer a meios fraudulentos para lograr aprovação em atividades avaliativas, além das sanções previstas na Norma Disciplinar do Corpo Discente da UNIFEI, será reprovado com nota zero na disciplina.

(Alteração dada pela Resolução 53ª do CEPEAd em 11/04/2018)

CAPITULO XIII. DA COLAÇÃO DE GRAU

Art. 75. Estarão em condições de colar grau em cursos de graduação desta Universidade os discentes que, de acordo com os prazos do Calendário Escolar, cumprirem as exigências curriculares previstas para a conclusão dos respectivos cursos e as demais exigências legais.

Art. 76. A solenidade de colação de grau dos cursos de graduação é um ato acadêmico oficial, organizado pela UNIFEI, conforme norma específica aprovada pelo CONSUNI.

Art. 77 - Será laureado o discente de maior Índice de Rendimento Acadêmico – IRA no curso que atender os seguintes requisitos:

- I - Concluir o curso dentro do prazo mínimo de integralização curricular;
- II - Apresentar IRA igual ou superior a 9,0 (nove);
- III - Não ter sofrido penalidade em processo disciplinar durante o curso.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

§ 1°. A Lâurea Acadêmica será conferida na solenidade oficial de Colação de Grau.

§ 2°. Em caso de empate no mesmo curso, todos recebem a Lâurea.
(163ª Resolução do CEPEAd de 07/12/16 – inclusão deste artigo)

CAPITULO XIV. DOS INDICADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 78. Os indicadores dos cursos de graduação serão estabelecidos a partir das seguintes equações presentes no Anexo A.

CAPITULO XV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. Caberá à PRG fornecer a orientação e a informação ao interessado, no que se refere aos trâmites administrativos, disponibilizando em meio eletrônico as instruções e os formulários necessários aos requerimentos e solicitações previstos nesta Norma.

Art. 80. Os casos omissos serão apreciados e decididos pela PRG.

Art. 81. Esta Norma entrará em vigor a partir do período seguinte à sua aprovação pelo CEPEAd da UNIFEI, revogadas todas as disposições em contrário.

Parágrafo único: Os discentes que ingressaram na UNIFEI até 2010 estarão sujeitos às adaptações necessárias a esta Norma.

Aprovada pelo CEPEAd em 27/10/2010 – 218ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 09/04/2014 – 34ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 17/12/2014 – 213ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 25/03/2015 – 40ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 20/05/2015 – 86ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 19/08/2015 – 128ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 26/08/2015 – 134ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 02/09/2015 – 139ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 09/09/2015 – 142ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 11/11/15 – 181ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 09/03/16 – 13ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 29/06/16 – 85ª Resolução.

Alterada Ad Referendum do CEPEAD em 07/07/16 – 07ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 07/12/2016 – 163ª Resolução.

Alterada pelo CEPEAd em 06/12/2017 – 171ª Resolução.

Campus Prof. José Rodrigues Seabra - Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho
37500-903 - ITAJUBÁ - MG - Telefax.: (035) 3629 1259



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Alterada pelo CEPEAd em 13/12/2017 – 173ª Resolução
Alterada pelo CEPEAd em 11/04/2018 – 53ª Resolução
Alterada pelo CEPEAd em 17/10/2018 – 135ª Resolução
Alterada pelo CEPEAd em 14/11/2018 – 152ª Resolução

Professor Dagoberto Alves de Almeida
Reitor
Em 14/11/2018



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

ANEXO A – INDICADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

I – Número Regular de Discentes (NRD):

$$NRD = \sum_{i=AB-(N-1)}^{AB} \text{vagas iniciais ofertadas no ano } i$$

Onde: N = período mínimo para integralização curricular do curso em anos
AB = ano base de apuração dos indicadores

II – Número de Vagas Ociosas (NVO):

$$NVO = NRD - \sum_{i=AB-(N-1)}^{AB} \text{alunos ativos com ingresso no ano } i$$

III – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):

$$TSG_{AB} = \frac{\text{número de concluídos e formados no ano } AB}{\text{número de vagas ocupadas no ano } [AB - (N - 1)]}$$



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

ANEXO B – CÁLCULO DOS INDICADORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO ACUMULADO

A **Média de Conclusão (MC)** é a média ponderada do rendimento acadêmico final nos componentes curriculares em que o discente conseguiu êxito ao longo do curso, obtida pela seguinte fórmula:

$$MC = \frac{\sum_{i=1}^{N_x} n_i \times c_i}{\sum_{i=1}^{N_x} c_i}$$

São contabilizados os **N_x** componentes curriculares concluídos com êxito após o início do curso, sendo **n_i** a nota (rendimento acadêmico) final obtida no **i**-ésimo componente curricular e **c_i** a carga horária discente do **i**-ésimo componente curricular. São excluídos do cálculo os componentes curriculares trancados, cancelados, reprovados, aproveitados, incorporados e dispensados e os componentes curriculares cujo rendimento acadêmico não é expresso de forma numérica.

A **Média de Conclusão Normalizada (MCN)** é a MC do discente normalizada em relação à média (μ) e desvio padrão amostral (σ) das MC dos concluintes do mesmo curso, obtida pela seguinte fórmula:

$$MCN = 500 + 100 * \left(\frac{MC - \mu}{\sigma} \right)$$

Nessa fórmula, **MC** é a Média de Conclusão do discente para o qual está sendo calculada a **MCN**. A média (μ) e desvio padrão amostral (σ) são calculados pelas seguintes fórmulas:

$$\mu = \frac{1}{M} \sum_{i=1}^M MC_i \quad \sigma = \sqrt{\frac{1}{M-1} \sum_{i=1}^M (MC_i - \mu)^2}$$

São contabilizados os **M** discentes que concluíram o mesmo curso nos últimos 5 (cinco) anos, sendo **MC_i** a Média de Conclusão final obtida pelo **i**-ésimo concluinte. São excluídos do cálculo os discentes que não concluíram com êxito o curso por qualquer motivo.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Para os cursos com mais de um turno ou mais de uma habilitação ou ênfase, a média e desvio padrão amostral são os mesmos para todos os discentes das diferentes matrizes curriculares.

A média e desvio padrão são calculados para os cursos que têm discentes concluintes há pelo menos 5 (cinco) anos ou em número superior a 100 (cem).

O **Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH)** é o percentual da carga horária utilizada pelo discente que se converteu em aprovação, obtido pela seguinte fórmula:

$$IECH = \frac{\sum_{i=1}^{N_p} c_i}{\sum_{i=1}^{N_m} c_i}$$

São contabilizados no numerador os **N_p** componentes curriculares nos quais o discente obteve aprovação ou integralizou após o início do curso, incluindo-se os componentes incorporados depois do início do curso e excluindo-se os componentes aproveitados, cursados antes do início do curso, e os dispensados.

São contabilizados no denominador os **N_m** componentes curriculares nos quais o discente teve a matrícula efetuada após o início do curso, incluindo-se os componentes incorporados após o início do curso e as reprovações, excluindo-se os componentes curriculares aproveitados, cursados antes do início do curso, os dispensados e os componentes curriculares matriculados em semestre que o programa do aluno está suspenso. **c_i** é a carga horária discente do **i**-ésimo componente curricular.

(Nova redação dada pela 7ª Resolução Ad Referendum do CEPEAd em 07/07/2016).

O **Índice de Eficiência em Períodos Letivos (IEPL)** é a divisão da carga horária acumulada pela carga horária esperada referente a cada período, obtida pela seguinte fórmula:

$$IEPL = \frac{\sum_{i=1}^{N_a} C_i}{\sum_{j=1}^P CH_j}$$

São contabilizados no numerador todos os **N_a** componentes curriculares, cursado com aprovação, nos quais o discente acumulou carga horária após o início do curso, incluindo-se os componentes curriculares incorporados após o início do curso. **c_i** é a carga horária discente do **i**-ésimo componente curricular. **P** é o



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

número de períodos já cursados pelo discente, incluindo os períodos letivos contados no perfil inicial, excluindo-se os períodos letivos nos quais o programa foi suspenso e aqueles durante os quais o discente esteve realizando mobilidade acadêmica em outra instituição. São contabilizados no denominador todas as cargas horárias obrigatórias acumuladas (**CH**), desde o **j**-ésimo período.

(Nova redação dada pela 85ª Resolução do CEPEAd em 29/06/2016).

(Nova redação dada pela 7ª Resolução Ad Referendum do CEPEAd em 07/07/2016).

O **Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)** é o produto da MC pelo IECH e pelo IEPL, conforme a seguinte fórmula:

$$IEA = MC \times IECH \times IEPL$$

O **Índice de Eficiência Acadêmica Normalizado (IEAN)** é o produto da MCN pelo IECH e pelo IEPL, conforme a seguinte fórmula:

$$IEAN = MCN \times IECH \times IEPL$$

O **Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)** é a média ponderada do rendimento escolar final obtido pelo aluno em todos os componentes curriculares que concluiu ao longo do curso, obtida pela seguinte fórmula:

$$IRA = \frac{\sum_{i=1}^N n_i \times c_i}{\sum_{i=1}^N c_i}$$

São contabilizados todos os N componentes curriculares concluídos, seja com aprovação ou com reprovação por nota ou frequência, onde n_i é a nota (rendimento escolar) final obtida no i -ésimo componente curricular e c_i é a carga horária discente do i -ésimo componente curricular. São excluídos do cálculo os componentes curriculares trancados, cancelados e dispensados, as atividades complementares e os componentes curriculares cujo rendimento escolar não é expresso de forma numérica.

(13ª Resolução do CEPEAd de 09/03/16 incluiu o IRA)



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

ANEXO C

REGULAMENTO PARA O COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

Este regulamento tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais e regras para disciplinar o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Itajubá.

CAPÍTULO I DA MATRÍCULA

Art. 1º. A solicitação de matrícula no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser feita semestralmente.

I. O componente curricular TCC será composto por TCC1, correspondendo ao primeiro semestre de matrícula e, TCC2, correspondendo ao segundo semestre de matrícula;

II. Os componentes TCC1 e TCC2 constituem, respectivamente, 40% e 60% das cargas horárias definidas no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) de cada curso;

III. O componente curricular TCC1 é um pré-requisito total para o componente curricular TCC2.

Art. 2º. O período de matrícula no componente curricular TCC1 deverá ser definido no PPC de cada curso.

Parágrafo Único. O discente reprovado em TCC1 deverá se matricular em TCC1 novamente.

Art. 3º. O discente matriculado no componente curricular TCC2 deverá apresentar a defesa final do TCC em período previamente definido pelo coordenador de TCC.

Parágrafo Único. O aluno reprovado em TCC2 deverá se matricular em TCC2 novamente.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 4º. O discente terá no máximo 4 (quatro) semestres consecutivos para concluir o TCC (TCC1 e TCC2), contando a partir da primeira matrícula em TCC1.

Art. 5º. O discente que se matriculou em TCC1 ou TCC2, e não concluiu o componente, estará reprovado no mesmo.

Art. 6º. O trancamento de matrícula em TCC1 ou TCC2 contabilizará como reprovação no mesmo.

Art. 7º. Períodos com suspensão de programa não contabilizam para o tempo de 4 períodos para finalização do TCC.

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 8º. São atribuições do Coordenador do TCC:

I. Matricular os discentes nos componentes curriculares TCC1 ou TCC2 no Sistema Acadêmico;

II. Identificar as áreas de conhecimento dos Professores Orientadores, procurando compatibilizar a preferência dos discentes com a disponibilidade e interesse dos docentes;

III. Definir prazos para a entrega de documentos e datas de defesas dos componentes TCC1 ou TCC2;

IV. Divulgar as datas das apresentações dos trabalhos dos componentes curriculares TCC1 e TCC2;

V. Apoiar o processo de avaliação das apresentações dos trabalhos realizados nos componentes curriculares TCC1 e TCC2;

VI. Efetuar o lançamento das notas obtidas pelos discentes nos componentes curriculares TCC1 e TCC2 no Sistema Acadêmico;

VII. Aprovar e nomear a banca examinadora sugerida pelo Professor Orientador;

VIII. Emitir declarações aos membros da Banca Examinadora, indicando o Professor Orientador.

CAPÍTULO III

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 9º. O Professor Orientador do trabalho deverá ser obrigatoriamente docente da UNIFEI.

Art. 10. São atribuições do Professor Orientador:

I. Acompanhar e orientar o discente na escolha do tema de pesquisa e elaboração do plano de trabalho;

II. Orientar o discente na pesquisa bibliográfica sobre o tema;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- III.** Orientar o discente na aplicação de normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica e as normas da ABNT;
- IV.** Sugerir e comunicar ao Coordenador do TCC os membros da banca examinadora que avaliará o TCC2;
- V.** Agendar a defesa do TCC2 de acordo com a disponibilidade da Banca Examinadora, obedecendo aos prazos estabelecidos;
- VI.** Enviar o TCC2 aos Membros da Banca Examinadora com cópia ao Coordenador de TCC;
- VII.** Ser membro da Banca Examinadora que avaliará a apresentação do trabalho orientado no componente curricular TCC2;
- VIII.** Entregar o resultado final da avaliação e o arquivo digital da versão corrigida do TCC2 ao coordenador do TCC.

CAPÍTULO IV

DO DISCENTE

Art. 11. São deveres do discente:

- I.** Solicitar matrícula nos componentes curriculares TCC1 e TCC2;
- II.** Desenvolver as atividades planejadas com o Professor Orientador, tanto no TCC1 quanto no TCC2, obedecendo aos prazos previamente definidos;
- III.** Enviar ao Orientador o arquivo digital da última versão do TCC1 para avaliação;
- IV.** Enviar ao Orientador o arquivo digital da última versão do TCC2, obedecendo aos prazos previamente definidos;
- V.** Apresentar-se perante a Banca Examinadora para defesa do TCC2;
- VI.** Fazer as correções recomendadas pela Banca Examinadora e encaminhar o arquivo digital da versão final do TCC2 ao Professor Orientador, obedecendo aos prazos previamente definidos.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12. A modalidade do trabalho a ser avaliado em TCC constará no PPC de cada curso, podendo ser aceitos trabalhos no formato de projeto, monografia ou artigo.

Art. 13. O PPC que optar pelo TCC no formato de monografia deverá adotar o formato de um trabalho escrito conforme metodologia da pesquisa científica e as normas da ABNT.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Parágrafo único: Os demais formatos de TCC deverão ser regulamentados pelo PPC do curso.

Art. 14. A forma de avaliação do componente curricular TCC1 será determinada no PPC do curso.

I. É vedada a participação de avaliador que possuam parentesco, consanguíneo ou por afinidade, em linha reta ou colateral até o terceiro grau civil, com o aluno ou entre si;

II. A ficha de avaliação do TCC1 deverá ser encaminhada ao coordenador do TCC para registro no sistema acadêmico.

Art. 15. O discente apresentará o trabalho desenvolvido no componente curricular TCC2 para uma Banca Examinadora.

Parágrafo único: O número de membros da banca examinadora do TCC2 deverá ser estabelecido no PPC de cada curso.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Não serão validados trabalhos de Iniciação Científica já concluídos como TCC.

Art. 17. Trabalhos de Conclusão de Curso externos poderão ser validados de acordo com os procedimentos estabelecidos em cada PPC.

Art. 18. Trabalhos de pesquisa com publicações segundo classificação Capes com Qualis A, B ou C, cujos autores sejam limitados aos discentes orientados do TCC e aos orientadores, poderão ser aceitos como TCC desde que previstos em cada PPC.

Art. 19. Cada PPC definirá se o TCC será desenvolvido individualmente ou por mais de um membro.

Art. 20. Aos coordenadores de TCC será atribuída a carga horária de 1 hora/semana no semestre, totalizando 16 horas/semestre.

Art. 21. Aos orientadores de TCC será atribuída a carga horária de 1 hora/semana no semestre, totalizando 16 horas/semestre por trabalho orientado.

Art. 22. Os casos omissos no Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 23. Este regulamento entra em vigor no ano seguinte ao de sua aprovação nas estruturas curriculares que ainda não possuam discentes matriculados ou aprovados em TCC.

Art. 24. Este regulamento se aplica aos cursos presenciais.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

ANEXO D

REGULAMENTO PARA ESTÁGIOS DE DISCENTES DOS CURSOS DE BACHARELADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

Este regulamento tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais e regras para disciplinar os estágios dos Cursos de Bacharelados da Universidade Federal de Itajubá.

CAPÍTULO I DAS MODALIDADES DE ESTÁGIOS

Art. 1º. O Estágio da UNIFEI pode ser realizado em duas modalidades:

I. Estágio Supervisionado é aquele definido como tal no projeto pedagógico dos cursos de bacharelados desta Universidade, cuja carga horária e nota são requisitos para aprovação e conclusão do curso;

II. O Estágio Suplementar é o Estágio Não Obrigatório, que ao contrário do anterior, não exige o cumprimento de uma carga horária e também não necessita ser avaliado.

Art. 2º. A realização do Estágio Suplementar fica a critério do discente.

Art. 3º. A carga horária cumprida em um Estágio Suplementar poderá ser contabilizada como Atividade Complementar, desde que prevista no projeto pedagógico do curso.

Art. 4º. O Estágio Suplementar realizado pelo discente, não o exime da obrigatoriedade de realizar o Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5º. O Estágio Supervisionado da UNIFEI, previsto no projeto pedagógico dos cursos de bacharelados desta Universidade, é disciplinado pela Lei N° 11.788 de 25 de setembro de 2008, por este regulamento e está de acordo com a norma para programas de formação em graduação da UNIFEI.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 6º. Só poderá ser considerado Estágio Supervisionado, com vistas ao atendimento da atividade obrigatória, o estágio realizado de acordo com as regras previstas neste regulamento.

Art. 7º. As atividades realizadas em programas de iniciação científica, elaboração de projetos desenvolvidos como trabalho de conclusão de curso (TCC), monitorias, atividades de extensão e a participação em projetos especiais coordenados por professores da UNIFEI, só poderão ser consideradas como atividades de Estágio Supervisionado caso esteja previsto no projeto pedagógico do curso.

Art. 8º. Para a realização do Estágio Supervisionado, deverá haver a celebração de um Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício entre a parte concedente do estágio e a UNIFEI, nos moldes da concedente ou em modelo definido pela própria UNIFEI.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 9º. O Estágio Supervisionado da UNIFEI é um componente curricular de caráter obrigatório a todos os cursos. É uma atividade prática composta por um conjunto de ações desenvolvidas pelos discentes dos cursos de bacharelados desta instituição, sob a orientação de um docente da UNIFEI e a supervisão direta de um profissional capacitado com conhecimentos na área do estágio, designado pela Entidade Concedente.

Parágrafo Único. A formação do supervisor que trata o *caput* deste artigo será definida no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 10. O Estágio Supervisionado tem por objetivo geral proporcionar ao discente uma oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos na Universidade, oferecer o aprendizado do conhecimento prático em uma dada área de conhecimento e aprimorar o relacionamento interpessoal num ambiente profissional.

CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 11. O Estágio Supervisionado poderá ser realizado:

- I.** em empresa, legalmente constituída e ativa, dentro ou fora do território nacional;
- II.** em órgãos da administração pública, direta, autárquica e fundacional de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- III.** em instituições de ensino ou institutos de pesquisas;
- IV.** com profissionais liberais de nível superior, devidamente registrado em seus



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

respectivos conselhos de fiscalização profissional;

V. em organizações do terceiro setor.

§ 1º Os locais que tratam os itens do artigo 11 deverão oferecer aos discentes condições para que ele aplique os conteúdos absorvidos ao longo do curso e que tenha um profissional capacitado, como responsável técnico pelo discente no local do estágio.

§2º É recomendável que o Estágio Supervisionado seja desenvolvido preferencialmente fora do âmbito da universidade, para permitir ao discente a vivência de experiência não acadêmica.

CAPÍTULO V DA MATRÍCULA

Art. 12. A realização do Estágio Supervisionado deverá, necessariamente, estar associada à matrícula do discente em Estágio Supervisionado.

Art. 13. Poderá solicitar a matrícula em Estágio Supervisionado o discente que estiver matriculado na UNIFEI a partir do período indicado no projeto pedagógico do respectivo curso.

Parágrafo Único O período que trata o *caput* deste artigo não poderá ser inferior ao 6º (sexto) período.

Art. 14. A matrícula em Estágio Supervisionado será realizada pelo Coordenador de Estágio mediante a entrega da Solicitação de Matrícula em Estágio Supervisionado, disponível em: <https://www.unifei.edu.br/prg/requerimentos>

Parágrafo Único Não é necessário matricular em Estágio para a realização do Estágio Suplementar.

Art. 15. A matrícula terá validade de 12 meses. Se ao final do décimo segundo mês a nota não for registrada no sistema acadêmico, o discente estará automaticamente reprovado.

Parágrafo Único A reprovação implica na invalidação do estágio que foi realizado, ou que ainda esteja em andamento, havendo a obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

Art.16. O discente que realizou a matrícula visando assegurar o vínculo acadêmico com a Universidade poderá requerer o cancelamento da matrícula em Estágio Supervisionado.

§ 1º O cancelamento da matrícula que trata o *caput* deste artigo poderá ser solicitado a qualquer momento, dentro do período de vigência da matrícula.

§ 2º O cancelamento da matrícula poderá ser solicitado uma única vez.

§ 3º Para requisitar o cancelamento da matrícula, o discente deverá entregar ao Coordenador de Estágio o requerimento “Cancelamento de Matrícula Compulsória”, disponível em <https://www.unifei.edu.br/prg/requerimentos>.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art.17. O discente que realizar o Estágio Supervisionado sem que esteja matriculado, perderá o tempo de estágio realizado anteriormente à data da matrícula.

CAPÍTULO VI DA FORMALIZAÇÃO

Art. 18. A formalização do Estágio Supervisionado ocorre mediante a entrega ao Coordenador de Estágio os seguintes documentos, devidamente assinados pelas partes envolvidas:

- I. cópia do Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício;
- II. plano de estágio.

Art. 19. Fica estabelecido a obrigatoriedade da formalização para a realização do Estágio Supervisionado.

§ 1º O prazo para a formalização do estágio é de até 15 (quinze) dias após a data de início do estágio.

§ 2º A realização do estágio sem a formalização implicará na reprovação do estágio, sendo obrigatório a realização de um novo estágio.

Art. 20. Considera-se um requisito obrigatório para a realização do Estágio Suplementar a elaboração do Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício, que deverá ser registrado na Coordenação de estágios e Visitas da Pró Reitoria de Graduação – CEV/PRG (Itajubá) ou na Coordenação Geral de Estágios (Itabira).

Art. 21. O Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício, em três vias, deverão ser impressos e apresentar os seguintes itens:

- I. nome, endereço e CNPJ da empresa concedente;
- II. identificação do estagiário;
- III. valor da bolsa mensal de estágio;
- IV. área onde será realizado o estágio e a carga horária semanal a ser cumprida pelo estagiário;
- V. a duração e a data do início do estágio;
- VI. nome da seguradora e o número da apólice do seguro contra riscos de acidentes pessoais;
- VII. data da emissão;
- VIII. assinatura do discente, e dos representantes da empresa e da UNIFEI.

Parágrafo Único. A representação da UNIFEI que trata o item VIII deste artigo, será exercida pelo órgão que possui a delegação da competência.

Art. 22. Fica obrigatório a apresentação do termo aditivo de Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício para os seguintes casos:



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- I. alteração da carga horária diária e/ou semanal;
- II. modificação do valor da bolsa de estágio;
- III. alteração da empresa seguradora ou número da apólice;
- IV. prorrogação do tempo estabelecido para o estágio.

Parágrafo Único. O termo aditivo também deverá ser registrado na Coordenação de estágios e Visitas da Pró Reitoria de Graduação – CEV/PRG ou na Coordenação Geral de Estágios, e entregue uma cópia ao Coordenador de Estágio do curso.

Art. 23. É facultado a UNIFEI celebrar com entes públicos ou privados convênios de concessão de estágio.

Art. 24. O Plano de Estágio, que corresponde ao programa da atividade de Estágio Supervisionado, deverá ser elaborado pelo supervisor de campo com anuência do professor orientador.

Parágrafo Único. São partes integrantes e obrigatórias do Plano de Estágio:

- I. identificação do estagiário, supervisor de campo e professor orientador de estágio;
- II. data de início e término do estágio;
- III. carga horária total prevista para o estágio;
- IV. Nome e CNPJ da instituição ou empresa, ou CPF do profissional liberal que ofertará o estágio;
- V. número do documento profissional do supervisor que comprove a formação exigida;
- VI. assinaturas do supervisor de campo e do professor orientador de estágio;
- VII. a área onde será realizado o estágio e a descrição das atividades a serem desenvolvidas.

Art. 25. O limite máximo de orientandos por professor orientador será definido pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO VII

DA DURAÇÃO E DA JORNADA DIÁRIA DO ESTÁGIO

Art. 26. A carga horária mínima exigida do Estágio Supervisionado está definida no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 27. A jornada de estágio será definida em comum acordo entre o estagiário e a parte concedente, não ultrapassando as 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 28. Caso o discente tenha que realizar alguma atividade avaliativa, a carga horária do estágio, naquele dia, deverá ser reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante (conforme § 2º, Art. 10 da Lei 11.788).

Art. 29. Desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso, nos períodos de férias escolares, ou para os discentes matriculados apenas em Estágio



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Supervisionado ou em Estágio Supervisionado e TCC a jornada poderá ser de até 40 (quarenta) horas semanais (conforme § 1º, Art. 10 da Lei 11.788).

§ 1º - A permissão para o cumprimento da jornada que trata o *caput* deste artigo, quando o discente estiver matriculado em TCC, só será fornecida mediante o consentimento fornecido pelo professor orientador do respectivo TCC.

§ 2º - A autorização para a realização da jornada referida no *caput* deste artigo deverá ser emitida pelo Coordenador de Estágio do Curso.

CAPITULO VIII DO ESTÁGIO REALIZADO NO EXTERIOR

Art. 30. Os estágios realizados no exterior seguem os mesmos procedimentos daqueles realizados no território nacional.

§ 1º O professor orientador de estágio do discente pertencente a qualquer programa de intercâmbio universitário deverá pertencer a Universidade destino.

§ 2º No caso dos estágios realizados no exterior, sem a interferência de universidade parceira, o professor orientador deverá ser um docente da UNIFEI.

Art. 31. O plano de estágio, devidamente preenchido e assinado, e a solicitação de matrícula deverão ser enviados por e-mail ao Coordenador de Estágio do curso.

Art. 32. Para o registro da nota, o discente deverá entregar ao Coordenador de Estágio:

I. cópia do relatório avaliado pelo professor orientador, o documento comprobatório da carga horária cumprida no estágio, a avaliação realizada pelo supervisor do estágio e a avaliação do relatório efetuada pelo professor orientador, para o discente inserido no primeiro parágrafo do artigo 30;

II. relatório redigido na língua portuguesa, seguindo os padrões estabelecidos pela coordenação de estágio do curso, o documento comprobatório da carga horária cumprida no estágio, e a avaliação realizada pelo supervisor do estágio, para o discente inserido no segundo parágrafo do artigo 30.

§ 1º Os documentos citados nos itens I e II deste artigo deverão ser apresentados na versão original, devidamente assinados e carimbados, e estar redigido na língua inglesa.

§ 2º Para o discente enquadrado no segundo parágrafo do artigo 30 onde a universidade destino não exija a apresentação do relatório de estágio, o discente deverá elaborar um relatório seguindo os padrões estabelecidos pela coordenação de estágio do curso, que será avaliado por um docente da UNIFEI, definido pelo Coordenador de Estágios do curso.

CAPITULO IX DO ESTAGIÁRIO

Campus Prof. José Rodrigues Seabra - Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho
37500-903 - ITAJUBÁ - MG - Telefax.: (035) 3629 1259



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 33. Cabe ao Estagiário:

- I.** observar os procedimentos previstos nesta resolução e cumpri-los integralmente;
- II.** sugerir ao Coordenador de Estágios um docente da UNIFEI para orientá-lo nas atividades do estágio supervisionado.
- III.** solicitar o modelo do Contrato de Treinamento Prático Profissional Sem Vínculo Empregatício junto à Coordenação de estágios e Visitas da Pró Reitoria de Graduação CEV/PRG ou na Coordenação Geral de Estágios, que deverá ser preenchido, assinado e protocolado na própria CEV/PRG ou na Coordenação Geral de Estágios;
- IV.** procurar um local para a realização do estágio;
- V.** elaborar juntamente com o supervisor de estágio, o plano de estágio;
- VI.** cumprir integralmente a carga horária prevista na matriz curricular do curso;
- VII.** manter contato regular com o professor orientador, informando-o sobre o andamento do estágio;
- VIII.** elaborar o relatório de estágio de acordo com as diretrizes vigentes do curso e entregar ao Coordenador de Estágio;
- IX.** quando exigido, realizar as correções no relatório de estágio solicitadas pelo professor orientador;
- X.** solicitar a matrícula em Estágio Supervisionado;
- XI.** realizar a adequação e/ou correção do plano de estágio, no máximo em 07 (sete) dias, caso seja solicitado pelo Professor Orientador ou pelo Coordenador de Estágios.

Art. 34. Durante a realização do estágio o discente poderá, apenas uma vez, solicitar a mudança do professor orientador. Essa mudança somente será autorizada se o discente ainda estiver cumprindo a primeira metade da carga horária exigida. Para isso, ele deverá entregar diretamente ao Coordenador de Estágio uma solicitação fundamentada.

CAPÍTULO X

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS E VISITAS

Art. 35. Cabe a Coordenação de estágios e Visitas da Pró Reitoria de Graduação - CEV/PRG ou a Coordenação Geral de Estágios:

- I.** divulgar aos Coordenadores de Estágios as oportunidades de estágio;
- II.** prestar serviços administrativos de cadastramento dos Convênios, dos Contratos de Treinamento Prático Profissional sem Vínculo Empregatício e dos Termos Aditivos;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

III. fornecer ao estagiário os modelos dos Convênios, dos Contratos de Treinamento Prático Profissional sem Vínculo Empregatício e dos Termos Aditivos Concebidos pela UNIFEI e assegurar a legalidade destes documentos quando elaborados pela entidade concedente;

IV. assinar os Convênios, os Contratos de Treinamento Prático Profissional sem Vínculo Empregatício e os Termos Aditivos celebrado entre a UNIFEI e a entidade concedente.

V. intermediar contatos com as instituições/empresas para a oferta de estágios.

CAPITULO XI DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 36. O professor orientador de estágio é um docente da UNIFEI pertencente ao curso ao qual o aluno esteja matriculado ou um docente da Universidade destino, caso o estágio seja realizado no exterior e que o discente esteja vinculado a um programa de intercâmbio universitário.

Paragrafo único. Desde que autorizada pela coordenação de estágios poderá ser aceito, em caráter excepcional, docentes não pertencentes ao curso que o discente esteja matriculado.

Art. 37º Compete ao Professor Orientador:

I. verificar se as atividades propostas pela empresa no Plano de Estágio são compatíveis com a formação profissional do discente;

II. orientar, quando solicitado, as atividades atribuídas ao estagiário, fornecendo subsídios a assistência técnica-científica necessária;

III. avaliar e corrigir o conteúdo do relatório de estágio, verificando principalmente se as atividades efetivamente realizadas foram condizentes com o plano de estágio, e se ele está enquadrado dentro das diretrizes estabelecidas para a sua apresentação;

IV. orientar o discente na elaboração do plano de estágio e do relatório de estágio;

V. acompanhar o desenvolvimento do estágio;

VI. comunicar ao Coordenador de Estágio qualquer atitude do estagiário que esteja em desacordo com os procedimentos descritos neste regulamento;

VII. aprovar ou reprovar o plano de estágio.

Art. 38. O professor orientador poderá cancelar a orientação do discente mediante entrega por escrito, ao Coordenador de Estágio, de uma comunicação justificando o cancelamento da orientação.

Art. 39. O professor orientador poderá agendar a seu critério reuniões com o discente, visando um melhor acompanhamento no desenvolvimento do trabalho.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

CAPITULO XII DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 40. São atribuições do Coordenador de Estágio:

- I.** definir e articular políticas de planejamento e organização dos estágios;
- II.** realizar a matrícula dos discentes mediante a entrega da solicitação de matrícula em estágio supervisionado;
- III.** criar mecanismos operacionais que facilite a condução de todo processo referente ao estágio;
- IV.** repassar aos discentes as ofertas de estágio de que tenha conhecimento;
- V.** disponibilizar os documentos necessários às atividades do estágio;
- VI.** orientar os discentes na elaboração de documentos pertinentes as atividades de estágio;
- VII.** manter organizados e atualizados os documentos referentes ao estágio do curso;
- VIII.** observar se o Plano de Estágio foi corretamente preenchido verificando principalmente a carga horária programada, a formação profissional do supervisor e se o discente atende o artigo 13 desta resolução;
- IX.** controlar a quantidade de orientandos por professor orientador;
- X.** elaborar um cronograma das atividades a serem realizadas no período, estabelecendo as datas limites de entrega dos documentos e do relatório;
- XI.** expedir cartas e declarações referentes ao estágio;
- XII.** finalizar o processo de avaliação do estágio e registrar a nota final no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA;
- XIII.** aprovar ou vetar a indicação do professor orientador sugerido pelo discente;
- XIV.** analisar situações especiais e proceder os encaminhamentos necessários.

CAPITULO XIII DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 41. A Supervisão de Estágio é exercida por um profissional capacitado da concedente onde se realiza o estágio, com formação e conhecimentos técnicos compatíveis com a área do o estágio.

Art. 42. Compete ao supervisor de estágio:

- I.** orientar o discente na elaboração do plano de estágio e do relatório de estágio;
- II.** acompanhar a atuação e o desempenho das atividades previstas no plano de estágio;
- III.** orientar o estagiário em aspectos técnicos e éticos no desenvolvimento das atividades de estágio;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

- IV. avaliar o desempenho do estagiário;
- V. planejar as atividades a serem desenvolvidas;
- VI. promover a interação do estagiário na empresa;
- VIII. oferecer condições para o desenvolvimento das atividades, conforme previsto no Plano de Estágio;

CAPITULO XIV DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 43. Ao final do estágio, o discente deverá apresentar um relatório que deve contemplar de maneira detalhada, as atividades desenvolvidas no estágio, dando ênfase aos aspectos teóricos e técnicos, aos conhecimentos adquiridos e quais as conclusões obtidas referentes as atividades desenvolvidas durante o período do estágio.

Parágrafo Único. O professor orientador poderá solicitar, quando necessário, a elaboração de relatórios parciais.

Art. 44. O relatório a ser enviado para avaliação deverá ser encadernado em espiral e entregue ao Coordenador de Estágio que o reencaminhará ao professor orientador.

Art. 45. Fica a critério da Coordenação de estágio a exigência da entrega do relatório com as retificações indicadas pelo professor orientador.

Art. 46. As datas limites para apresentação do relatório de estágio serão definidas pelo Coordenador de Estágio no início de cada período.

CAPITULO XV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 47. O estágio realizado dentro ou fora do território nacional é composto por duas avaliações:

I. A avaliação de campo é feita pelo supervisor de estágio, segundo os seguintes critérios: conhecimento do trabalho, organização, comunicabilidade, responsabilidade, dedicação, iniciativa, criatividade, interesse, respeito às normas e postura ético-profissional.

II. A avaliação do relatório é feita pelo professor orientador, segundo os seguintes critérios: organização metodológica, ortografia, relato das atividades desenvolvidas, coerência de ideias, relevância das atividades e cumprimento das tarefas programadas

§1º O relatório a ser avaliado pelo docente da UNIFEI deverá ser elaborado de acordo com os padrões estabelecidos pela Coordenação de estágios do curso.

§2º A avaliação que trata o item I deste artigo, deverá ser apresentada na versão original e conter o carimbo e a assinatura do supervisor de estágio.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 48. O peso de cada critério de avaliação será definido pela Coordenação de estágios do curso.

Art. 49. Será considerado aprovado na atividade de Estágio Supervisionado o discente que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos e carga horária igual ou superior a especificada no Projeto Pedagógico do curso.

Parágrafo Único. O documento comprobatório da carga horária efetivamente cumprida pelo discente, deverá ser apresentado na versão original e conter a assinatura e o carimbo do responsável pela emissão do mesmo.

Art. 50. A validação do estágio realizado no exterior fica condicionada ao cumprimento da carga horária mínima exigida no projeto pedagógico de cada curso.

Art. 51. Caso o discente tenha seu estágio reprovado, ele deverá refazer um novo estágio.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos de Estágio Supervisionado o discente que estiver contratado em uma empresa legalmente constituída e ativa, e que esteja exercendo atividades relacionadas a formação do curso.

§1º Neste caso, o discente/funcionário deverá apresentar os seguintes documentos:

- I.** cópias das páginas da carteira de trabalho referentes a identificação do funcionário e as informações relativas ao contrato de trabalho firmado;
- II.** documento oficial da empresa contratante contendo a identificação da empresa e do funcionário, a descrição do cargo e detalhamento da funções e atividades exercidas pelo discente;
- III.** solicitação do discente requisitando a equivalência do Estágio Supervisionado;
- IV.** ficha de avaliação do desempenho preenchida pelo seu superior imediato;
- V.** relatório de Estágio.

§2º. Caso a o aproveitamento seja concedido, o conceito final será composto pela nota obtida na avaliação do Relatório de Estágio e pela Avaliação de Campo.

Art. 53º Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos de Estágio Supervisionado o discente que for proprietário/sócio de uma empresa legalmente constituída e ativa há pelo menos 6 (seis) meses e que esteja exercendo atividades relacionadas a formação do curso.

§1º Neste caso, o discente/proprietário ou sócio deverá apresentar os seguintes documentos:

- I.** Cópia do Contrato Social da Empresa;



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

II. Documento oficial da empresa contendo a identificação da empresa e do proprietário/sócio, a descrição do cargo e detalhamento da funções e atividades exercidas;

III. Solicitação do discente requisitando a equivalência do Estágio Supervisionado.

IV. Relatório de Estágio.

§2º Caso a o aproveitamento seja concedido, o conceito final será a nota obtida na avaliação do Relatório de Estágio.

Art. 54. O coordenador de estágio, mediante a análise dos documentos citados nos artigos 52 e 53, decidirá quanto ao aproveitamento.

Parágrafo Único. O Relatório de Estágio será avaliado por um professor da UNIFEI, definido pelo coordenador de Estágios do curso.

Art. 55. Para o atendimento dos artigos 53 e 54, reserva-se o direito ao Coordenador de Estágios solicitar qualquer outro documento que seja necessário para a complementação do processo de equivalência do estágio.

Art. 56. A realização do estágio por parte do discente não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza para com a Entidade Concedente de estágio.

Art. 57. Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo colegiado do curso.

ANEXO F – LEGISLAÇÕES E OUTRAS NORMAS

1) Lei 9.394/96

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamentado pela Lei 9.536/97)

2) Lei 9.536/97

Art. 1º. A transferência *ex officio* a que se refere o parágrafo único do art. 49 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Parágrafo único. A regra do caput não se aplica quando o interessado na transferência se deslocar para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

4) Decreto-Lei 715/69

Art 1º O § 4º do artigo 60 da Lei n° 4.375, de 17 de Agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar) passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Todo convocado matriculado em Órgão de Formação de Reserva que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou manobras, ou reservista que seja chamado, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica, do Dia do Reservista, terá suas faltas abonadas para todos os efeitos."

Art 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

5) Decreto 85.587/80

Art. 77 - O Oficial ou Aspirante-a-Oficial da Reserva, convocado para os Serviços Ativos, que for aluno de estabelecimento de ensino superior, terá justificadas as faltas às aulas e trabalhos escolares, durante esse período, desde que a apresente o devido comprovante.

6) Decreto-Lei 1.044/69

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbitas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a freqüência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes e

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei n° 10.435, de 24 de abril de 2002
- Pro-Reitoria de Graduação-
-Conselhos Superiores-

Art. 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

7) Lei 6.202/75

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.